



Linha Amarela S.A. - LAMSA  
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos necessários. A Administração.

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.624	36.394	Fornecedores		7.562	2.897
Contas a receber	5	14.634	16.913	Empréstimos e financiamentos	11	32.648	32.514
Estoques		570	558	Debêntures	12	37.126	38.235
Debêntures	8	12.848	12.848	Tributos a recolher	6.b	16.325	10.563
Adiantamentos		2.822	1.621	Obrigações com empregados e administradores		5.132	5.918
Partes relacionadas	8	26	100	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8 e 14	22.891	5.972
Outros		117	2	Partes relacionadas	8	1.881	553
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>50.641</b>	<b>68.436</b>	Instrumentos financeiros derivativos	20.e	4.697	9.396
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outros		31	-
Debêntures	8	108.133	120.981	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>128.293</b>	<b>106.048</b>
Partes relacionadas	8	74	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais	7	5.974	3.270	Empréstimos e financiamentos	11	19.474	50.611
Imobilizado	9	18.552	25.430	Debêntures	12	271.243	303.469
Intangível	10	380.318	375.526	Tributos a recolher	6.b	2.346	3.187
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>513.051</b>	<b>525.207</b>	Impostos diferidos passivos	6.a	5.289	4.737
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>563.692</b>	<b>593.643</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>299.455</b>	<b>362.743</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	14.a	54.118	54.118
				Reserva legal		10.824	10.824
				Dividendos adicionais propostos		71.002	59.910
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>135.944</b>	<b>124.852</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>563.692</b>	<b>593.643</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total consolidado
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>53.042</b>	-	<b>117.984</b>
Dividendos pagos por ação		-	-	(53.042)	-	(53.042)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	86.629	86.629
Dividendos antecipados por ação	14.c	-	-	-	(21.739)	(21.739)
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(4.980)	(4.980)
Dividendos adicionais a distribuir	14.c	-	-	59.910	(59.910)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>59.910</b>	-	<b>124.852</b>
Resultado do exercício		-	-	-	94.669	94.669
Dividendos pagos por ação	14.c	-	-	(59.910)	-	(59.910)
Dividendos propostos	14.c	-	-	-	(18.498)	(18.498)
Dividendos adicionais a distribuir	14.c	-	-	71.002	(71.002)	-
Juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(5.169)	(5.169)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>54.118</b>	<b>10.824</b>	<b>71.002</b>	-	<b>135.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

##### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de "sociedade por ações", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em março de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que detém a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito de sazonalidade devido a característica da via.

O contrato de concessão da Linha Amarela estabelece que a tarifa de pedágio será reajustada anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E. Contudo, desde o ano de 2016 até o final do exercício de 2017, o poder concedente (Município do Rio de Janeiro) não tem se manifestado formalmente quanto à homologação dos reajustes devidos conforme a regra contratual, mantendo a tarifa da concessionária congelada no nível tarifário do ano 2015. Nesse contexto, a LAMSA ingressou judicialmente contra o Município obtendo na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em 13 de abril de 2017, uma decisão liminar (tutela antecipada) garantindo o cumprimento das disposições contratuais. Nesta data, a tarifa da concessionária foi corrigida pelo IPCA-E conforme preconiza o contrato, alcançando o valor de R\$ 7,00, que vem sendo cobrado normalmente dos usuários.

O reajuste referente ao ano de 2016 está sendo objeto de pleito do equilíbrio econômico-financeiro junto ao Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$77.652 (capital circulante líquido negativo de R\$37.612 em 31 de dezembro de 2016), devido, principalmente, a dívidas de financiamentos e debêntures no montante, respectivamente, de R\$32.648 e R\$37.126 ambos no curto prazo, para execução de seus investimentos, sendo o principal revitalização de obras de artes especiais da via.

A Administração, baseada nos orçamentos estima que o fluxo de caixa das operações será suficiente para cumprir com os compromissos de curto prazo.

##### 1.2) Diligência em Acionista, Controlada e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela Invepar ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a Invepar divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

##### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 19 de março de 2018.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciando a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

##### a) Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

##### 2.1. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

##### 2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) ("IFRIC 12"), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

##### 2.3. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

##### a) Receita de usuários

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 30 - Receitas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

##### b) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCP 05 - Contratos de Concessão.

##### c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos sob a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

##### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

##### 2.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

##### 2.6. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

##### 2.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

##### 2.8. Intangível

Refere-se ao valor da exploração de direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	15	267.121	258.128
Receita de construção	15	15.403	31.268
Custo dos serviços prestados	16	(66.791)	(69.799)
Custo de construção	16	(15.250)	(31.081)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>200.483</b>	<b>188.516</b>
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	16	(32.056)	(27.452)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		915	1.852
<b>LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>		<b>169.342</b>	<b>162.916</b>
Receitas financeiras	17	19.811	48.696
Despesas financeiras	17	(48.088)	(83.643)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO</b>		<b>141.065</b>	<b>127.969</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.c	(45.844)	(41.091)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.c	(553)	(249)
<b>LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO</b>		<b>94.669</b>	<b>86.629</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	18	0,608	0,556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	94.669	86.629
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>94.669</b>	<b>86.629</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
--	------	------------	------------

##### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro antes dos impostos e contribuição ..... 141.065 127.969

Ajustes:

Depreciação e amortização ..... 22.004 18.206

Baixa de imobilizado e intangível ..... 117 233

Adição de imobilizado/intangível não liquidado ..... (2.382) -

Margem de construção ..... (153) (187)

Provisão para riscos ..... 359 211

Ajuste de operações de hedge ..... (4.699) 12.162

Perda recebíveis ..... (5.973) (3.803)

Variações monetárias e encargos, líquidos... (Aumento) redução nos ativos operacionais: 10.472 13.456

Contas a receber de clientes ..... 5 8.252 (2.343)

Estoques ..... (12) -

Despesa antecipada ..... - 582

Depósitos judiciais ..... 7 (2.704) (219)

Adiantamentos ..... (1.201) -

Parte relacionada ..... 8 - 3.662

Indenização de seguros ..... - 7.799

Outros ..... (115) -

##### Aumento (redução) nos passivos operacionais:

Fornecedores ..... 4.665 154

Obrigações com empregados e administradores ..... 6 (786) 493

Impostos,taxas e contribuições ..... 5.479 3.442

Impostos de renda e contribuição social pagos ..... (36.780) (49.699)

Partes relacionadas ..... 1.328 (696)

Outras obrigações e contas a pagar ..... 31 -

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais ..... **138.967** **131.422**

##### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento de principal sobre debêntures ..... 13 12.848 12.847

Recebimento de juros sobre debêntures ..... 13 12.244 15.713

Aquisição de imobilizado ..... 10 (1.174) (2.499)

Aquisição de intangível ..... 11 (16.326) (32.855)

Aplicações financeiras ..... - 4.162

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento ..... **7.592** **(2.632)**

##### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Captação de empréstimos e financiamentos ..... 11 e 12 - 50.000

Pagamento do principal de debêntures e empréstimos sobre financiamento ..... 11 e 12 (65.763) (38.666)

Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos sobre financiamento ..... 11 e 12 (31.039) (38.997)

Custo de captação ..... - 131 -

Dividendos e juros sobre capital próprio a distribuir ..... (66.658) (73.042)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento ..... **(163.329)** **(100.705)**

##### AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa ..... 4 36.394 8.309

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa ..... 4 **19.624** **36.394**

##### AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

..... **(16.770)** **28.085**

##### AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

..... **(16.770)** **28.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	15	302.203	312.328
Prestação de serviços		292.551	282.799
Receita de construção		15.403	31.268
Perda efetiva do contas a receber		(5.973)	(3.803)
Outras receitas		222	2.064
Insunhos adquiridos de terceiros		(49.861)	(70.195)
Custos dos serviços prestados		(1.804)	(23.185)
Custo de construção	16	(15.250)	(31.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros			







